CNPJ: 04.567.012/0001-53 NIRE: 15300000351

Relatório da diretoria - Srs. acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias submetemos ao exame de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos periodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Desde já nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cumarú do Norte-PA, 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL EM	21 DE DESEMBRO		
ATIVO			
		2023	2022
	Nota		
CIRCULANTE		27.677	697.031
Disponível	<u>4</u>		2.694
Outros créditos	<u>5</u>	27.677	694.337
NÃO CIRCULANTE		6.478.774	12.980.985
Realizável a longo prazo	<u>7</u>	555.000	5.773.565
Imobilizado	<u>7</u> <u>8</u>	5.923.774	7.207.420
TOTAL DO ATIVO		6.506.451	13.678.016
		*	
PASSIVO		2023	202
	<u>Nota</u>		
CIRCULANTE		134.627	77.965
Empréstimos e Financiamentos		22.000	
Fornecedores	<u>9</u>	1.000	
Obrigações fiscais e sociais	<u>10</u>	107.852	74.807
Obrigações Trabalhistas	<u>11</u>	3.775	3.158
Outras Obrigações	<u>12</u>		
NÃO CIRCULANTE		182.819	886.453
Empréstimos e Financiamentos	<u>13</u>	182.819	885.167
Obrigações fiscais e sociais	<u>14</u>		1.286
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.189.005	12.713.598
Capital social	<u>15</u>	60.839.613	60.839.613
Prejuízos acumulados		(54.650.608)	(48.126.015
TOTAL DO PASSIVO		6.506.451	13.678.016
As notas explicativas são parte integrante			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EX	ERCICIO EM 31 DE DEZEMBR	.0	
	<u>Nota</u>	2023	2022
-) Despesas administrativas	16	(1.298.119)	(703.235
+) Outras Receitas Operacionais	17		148.372
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(1.298.119)	(554.863
-) Receitas Financeiras	<u>18</u>	18.533	875.652
-) Despesas Financeiras	18	(57.724)	(124.007
Resultado Bruto Antes das Outras Receitas		(1.337.310)	196.782
+) Ganhos ou Perdas de Capital	<u>19</u>	(389.334)	4.400.770
+) Outros Resultados Negativos	20		(1.883.258
Resultado Bruto Antes dos Tributos sobre o Lucro		(1.726.644)	2.714.29
-) IRPJ e CSLL	<u>21</u>		(43.586
Resultado Líquido das Operações Continuadas		(1.726.644)	2.670.708

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

	RIMÔNIO LÍQUIDO		
		PREJUÍZOS	
	CAPITAL SOCIAL	ACUMULADOS	TOTAL
Em 31/12/2021	60.839.613	(51.249.786)	9.589.827
EM 31/12/2021	60.839.613	(31.243.780)	9.369.627
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		453.063	453.063
Saldo Inicial em 31/12/2021 Ajustado	60.839.613	(50.796.723)	10.042.890
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.670.708	2.670.708
Em 31/12/2022	60.839.613	(48.126.015)	12.713.598
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(4.797.949)	(4.797.949)
Saldo Inicial em 31/12/2022 Ajustado	60.839.613	(52.923.964)	7.915.649
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.726.644)	(1.726.644)
Em 31/12/2023	60.839.613	(54.650.608)	6.189.005
As notas explicativas são parte integrante das de			
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - M	ÉTODO INDIRETO		
		2023	2022
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		(1 726 644)	2.670.708
1.1 Resultado Líquido do Exercício		(1.726.644) 394.312	963.284
Encargos de depreciação e amortização			
Ajuste de Exercícios Anteriores		(4.797.949)	453.063
Ganho ou perda de Capital na Alienação de Imobilizado		389.334	(4.400.770)
Resultado Líquido Ajustado	-	(5.740.947)	(313.715)
1.2 Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais			
Aumento dos adiantamentos à fornecedores			(286.873)
Redução dos adiantamentos à fornecedores		692.780	
Redução nos tributos a recuperar			60.600
Aumento nos tributos a compensar		(26.120)	-
Redução nos tributos a compensar			418
Redução nos ativos biológicos			1.784.105
Redução no realizável a longo prazo		5.218.565	
Aumento das contas a pagar à fornecedores		1.000	
Redução das contas a pagar à fornecedores			(28.856)
Aumento das obrigações fiscais e sociais		33.046	5.099
Redução das obrigações fiscais e sociais			
Aumento das obrigações trabalhistas		617	
Redução das obrigações trabalhistas			(738)
Redução de Outras obrigações			(6.000.000)
Redução das obrigações fiscais e sociais de longo prazo		(1.286)	(466.956)
Total das variações de ativos e passivos		5.918.602	(4.933.201)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		177.655	(5.246.916)
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento Recebimento de Alienação de Imobilizado Baixa de Ativo Biológico		450.000	3.974.815 99.154

CNPJ: 04.567.012/0001-53 NIRE: 15300000351

3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de empréstimos bancários	22.000	
Recebimento de Empréstimos obtidos de terceiros	873.891	255.262
Pagamento de Empréstimos obtidos de terceiros	(1.549.794)	(100.700)
Juros sobre empréstimos obtidos de terceiros	23.554	102.928
Concessão de Empréstimos à terceiros		(1.068.236)
Recebimento de Empréstimos concedidos à terceiros		2.852.916
Juros sobre empréstimos concedidos à terceiros		(875.652)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(630.349)	1.166.518
4. Resumo		
1. Disponibilidades - saldo no início do período	2.694	9.123
2. Aumento (redução) das disponibilidades (1 + 2 + 3)	(2.694)	(6.429)
5. Saldo Final das Disponibilidades		2.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. Contexto operacional

A sociedade, localizada no Estado do Pará, foi constituída em 1978, tendo como objetivo social a exploração de atividades agropecuárias e agroindustriais, podendo beneficiar e industrializar produtos da terra ou derivados de carne e animais, explorar matadouros e frigoríficos, de dedicar-se ao reflorestamento e ao beneficiamento de madeira, assim como a exploração de produtos dela derivados, inclusive serrarias, bem como a importação e a exportação, podendo também participar de outras sociedades.

Os acionistas estão comprometidos em aportar capital na eventual necessidade de suprimentos de caixa da companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pela administração no dia 01 de março de 2024. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Todos os centavos foram eliminados das demonstrações.

3. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidades) - CPC 03

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A empresa considera equivakente a caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente qualifica-se como equivalente de ciaxa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os demais investimentos com vencimentos superiores a 90 dias, são registrados em investimentos a curto prazo.

3.2. Tributos a Recuperar e Compensar

Referem-se aos tributos passíveis de recuperação ou compensação de acordo com a legislação vigente. Os tributos a recuperar são aqueles que são recuperáveis conforme o princípio da não-cumulatividade. Já os tributos a compensar são aqueles que foram retidos na venda ou na prestação de serviços e podem ser abatidos do valor a recolher, assim como os valores de IRPJ e CSLL recolhidos pelo regime da estimativa mensal. Compõem-se substancialmente dos seguintes tributos: IRPJ (Imposto de Renda); CSLL (Contribuição Social); Pis/Pasep: Cofins; ICMS; IPI; Também podem fazer parte deste grupo tributos pagos em duplicidade ou a maior, além dos impostos compensáveis decorrentes de investimentos em aplicações de renda fixa e variável, como, por exemplo, o IRRF.

CNPJ: 04.567.012/0001-53 NIRE: 15300000351

Representam os créditos concedidos aos funcionários, assim como adiantamentos concedidos aos sócios e fornecedores.

Os adiantamentos a fornecedores representam pagamentos efetuados antecipadamente ao recebimento das mercadorias e que representam direitos que findam mediante a entrega da mercadoria. Em caso contrário, tais direitos se convertem em créditos financeiros a serem ressarcidos pelo fornecedor

As despesas antecipadas são aplicações em recursos cujo benefícios ocorrerão no exercício seguinte. Serão apropriadas de acordo com o regime de competência, à medida que as despesas forem sendo efetivamente incorridas.

3.4. Ativo Biológico - CPC 29

O estoque do rebanho bovino é avaliado ao preço de mercado, e a diferença entre esse valor e o custo é contabilizado no resultado como receita de pauta ou redução de pauta (Receita de valorização do gado).

3.5. Imobilizado - CPC 27

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas de depreciação estimadas para os períodos correntes estão demonstradas na composição do ativo imobilizado na nota explicativa nº o

Úm item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6. Intangível - CPC 04

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as demonstradas na nota explicativa nº 10. Para os intangíveis com vida útil infinita, procede-se apenas com o cálculo das perdas por redução ao valor recuperável. acumuladas.

3.7. Empréstimos e Financiamentos - CPC 20

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor presente acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos decorrentes de empréstimos a terceiros e dos créditos de acionista foram atualizados monetariamente pela variação da TJLP mais

3.8. Fornecedores - CPC 12

Os fornecedores representam as compras a prazo efetuadas pela empresa. Atendendo ao princípio da relevância contábil, os fornecedores que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram considerados isentos de despesas de juros.

3.9. Obrigações Fiscais - Regimes de tributação - CPC 32

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as bases que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é apurada pela alíquota de 9%. As receitas tributáveis foram reconhecidas pelo regime de competência.

A empresa adota o regime de tributação do Lucro Real Anual e calcula as alíquotas de 15% e 9% sobre a receita bruta mensal ou o balancete de suspensão ou redução, de acodo com o que for mais vantajoso para a empresa. Os valores recolhidos antecipadamente são considerados como antecipação de imposto, e no final do exercício será feita o ajuste anual comparando o imposto efetivamente devido sobre o lucro com o imposto recolhido durante o exercício.

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade não-cumulativa para as receitas auferidas, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente, excetuando as receitas financeiras que são tributadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Os passivos decorrentes de obrigações fiscais e sociais parceladas foram atualizados com juros da taxa Selic e multas de mora.

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

3.10. Obrigações sociais e previdenciárias - INSS e FGTS

A empresa contribui com o INSS usando o código FPAS 604, nas alíquotas de 0% (INSS Patronal), 0% (INSS Gilrat x FAP) e 2,7% (Contribuições a terceiros), conforme Art. 109-B da Instrução Normativa RFB nº 971/2009. A alíquota de FGTS recolhida pela empresa é de 8%, vigente no país.

3.11. Obrigações Trabalhistas

A empresa remunera mensalmente seus funcionários e diretores, e provisiona os valores relativos às férias, 13º salário, licença remunerada, e demais encargos, conforme previsto nos códigos legais e trabalhistas vigentes no País.

3.12. Adiantamento de Clientes

Os adiantamentos de clientes representam recebimentos antecipados à venda de mercadoras ou prestação de serviço e que representam uma obrigação de entregar a mercadoria pela empresa. Caso contrário, tais obrigações se convertem em débitos financeiros a serem ressarcidos pela empresa.

3.13. Partes Relacionadas - CPC 05

A empresa reconhece como parte relacionada as suas entidades controladoras e coligadas, ou empresas que possuam significativo poder de voto, assim como as operações envolvendo seus sócios. As operações financeiras com partes relacionadas são feitas conforme contrato de mútuo e atualizadas monetariamente conforme os termos do contrato.

3.14. Receitas - CPC 47

A receita de vendas da empresa é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.15. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre fundos, de adiantamentos concedidos e de recebimento de juros decorrente de vendas à prazo. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

4. Disponibilidades Caixa Geral - Conta 110101	31.12.2023	31.12.2022
Caixa geral	0	39
Caixa gerai	0	39
Bancos c/Movimento - Conta 110102		- 33
Banco Bradesco - Ag. 5639 - C/C 30522-7	0	655
Banco Bradesco - C/C 15320-6	0	2.000
541100 51446555	0	2.655
Total das Disponibilidades	0	2.694
5. Outros créditos	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento a Fornecedores - 110302		
Adiantamento de Consórcio		692.780
		692.780
Tributos a Recuperar - 110304		
Pis a Recuperar	6.249	1.557
Cofins a Recuperar	21.428	
	27.677	1.557
Total dos outros créditos:	27.677	694.337
7. Realizável a Longo Prazo	31.12.2023	31.12.2022
Contas a Receber - LP - Conta 120104		
LR Imobiliária Ltda.	450.000	
	450.000	_
Crédito com Partes Relacionadas - Conta 120104	- Auto-	
Jarbas Guimarães Junior		1.658.821
		1.658.821

CNPJ: 04.567.012/0001-53 NIRE: 15300000351

	NIRE:	15300000351			
Crédito com Pessoas Ligadas - Conta 120	105				
Cometa AgroIndustrial S/A				-	3.963.77
Óleos Finos de Balsas S/A - Olfiba				-	45.97
Basebrasil Construções e Empreendime	ntos Ltda.			105.000	105.00
				105.000	4.114.74
		-			
Total do Realizável a Longo Prazo				555.000	5.773.56
ilizado					
Bens Imóveis - Conta 120301					
		31.12			31.12.2022
COMPOSIÇÃO DOS SALDOS	TAXAS MÉDIAS	CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO	LÍQUIDO
	ANUAIS DE		ACUMULADA		
Terras	0%	453.797		453.797	453.797
Glebas	0%	99.230	- (4 440 535)	99.230	99.230
Construções Civis	4%	1.988.664	(1.418.526)	570.138	1.553.519
Fazenda Moju	4%	7.500.000	(2.700.000)	4.800.000	5.100.000
TOTAL		10.041.691	(4.118.526)	5.923.165	7.206.546
Mária - Canta 120202 - 120206					
ens Móveis - Conta 120302 a 120306		31.12	2022		21 12 2022
	TAXAS MÉDIAS		DEPRECIAÇÃO		31.12.2022
COMPOSIÇÃO DOS SALDOS		CUSTO HISTÓRICO		LÍQUIDO	LÍQUIDO
Móveis e Utensílios	ANUAIS DE 10%	2.656	ACUMULADA (2.047)	609	874
	25%	1.926	(1.926)	009	0/-
Computadores e Periféricos TOTAL	25%	4.582	(3.973)	609	874
TOTAL		4.362	(3.373)	009	0/-
tivo Dielásico de Dueducão Conto 1303	107				
tivo Biológico de Produção - Conta 1203	107	31.12	2022		31.12.2022
	TAXAS MÉDIAS		DEPRECIAÇÃO	- 12	
COMPOSIÇÃO DOS SALDOS	and the second	CUSTO HISTÓRICO	ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Do ete mana	ANUAIS DE	5.000.000	(5.000.000)		
Pastagens	10% 10%	5.000.000	(5.000.000)		
Animais para Reprodução TOTAL	10%				
IOIAL					
éstimos e financiamentos				31.12.2023	31.12.202
mpréstimos Nacionais				31.12.2023	31.12.202
Bradesco - saldo devedor conta corrente				22.000	
Bradesco - saido devedor conta corrente			-	22.000	
			=	22.000	
ecedores				31.12.2023	31.12.202
				31.12.2023	31.12.202
ornecedores Nacionais - Conta 210201				1.000	
Serviços				1.000	
			_	1.000	
				31.12.2023	21 12 202
igações Fiscais e Sociais				31.12.2023	31.12.202
Obrigações fiscais - Conta 210301				2 1 4 0	1.70
Cofins a Recolher				2.148	1.79
IRPJ a Recolher				35.737	27.24
CSLL a Recolher				21.443	16.34
IRRF a Recolher				29	2
Multas Isoladas				10.533	
CVM - Parcelamento				23.585	15.43
				93.475	60.83
Obrigações sociais - Conta 210302					
FGTS a recolher				13.734	13.71
INSS a recolher				643	26
				14.377	13.97
Total das obrigações fiscais e sociais:				107.852	74.80
igações Trabalhistas				31.12.2023	31.12.202

2.186

74

2.180

Obrigações com pessoal - Conta 210401

Salários a pagar

Férias a pagar

COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM CNPJ: 04.567.012/0001-53

NIRE: 15300000351

NIKE:	12200000221			
13º Salário a Pagar			1.515	757
			3.775	2.937
Férias e 13º a Pagar - Conta 210402				
Férias 1/12 Avos a Pagar				200
INSS S/ Férias 1/12 Avos a Pagar				5
FGTS S/ Férias 1/12 Avos a Pagar	>	_	<u> </u>	16
			-	221
Total das abrigações Trabalhistas			2.775	2.450
Total das obrigações Trabalhistas		-	3.775	3.158
13. Empréstimos e financiamentos - LP			31.12.2023	31.12.2022
De Partes Relacionadas - Conta 1554				
Chapada da Prata S/A			-	698.736
				698.736
De Partes Ligadas - Conta 1554				
Malharia Rebeca S/A				180.471
Tecblu - Tecelagem Blumenau S/A			THE STATE OF THE S	5.960
Delta Mecanização Agrícola Ltda.			182.819	
		<u> </u>	182.819	186.431
Total de Forméstimos e Financiamentos ID			100.010	005.467
Total de Empréstimos e Financiamentos - LP		-	182.819	885.167
14. Obrigações fiscais e sociais - LP			31.12.2023	31.12.2022
Obrigações Fiscais - Conta 220501			51.12.2025	31.11.11.11
CVM - Parcelamento				1.286
Parcelamento Lei 13.496/2017 - PERT				
				1.286
15. Capital social				
	2023			2022
<u>Tipo de Ações</u>	Quantidade	<u>% Total</u>	Quantidade	% Total
Ordinárias	71.043.084	77,68%	71.043.084	77,68%
Total de ações ordinárias	71.043.084	77,68%	71.043.084	77,68%
Preferenciais				
Classe A	12.598.958	13,77%	12.598.958	13,77%
Classe B	2.319.593	2,54%	2.319.593	2,54%
Classe C	5.498.072	6,01%	5.498.072	6,01%
Total de ações preferenciais	20.416.623	22,32%	20.416.623	22,32%
TOTAL	91.459.707	100,00%	91.459.707	100,00%
16. Despesas administrativas			31.12.2023	31.12.2022
Despesas Gerais Administrativas - Contas 4402				
Despesas com Pessoal			(27.346)	(34.956)
Serviços Terceirizados			(87.507)	(127.369)
Despesas Tributárias			(3.922)	(67.522)
Despesas Gerais		_	(1.179.344)	(473.388)
		-	(1.298.119)	(703.235)
17 Outros Possitos Operacionais			31.12.2023	31.12.2022
17. Outras Receitas Operacionais Outras Receitas Operacionais - Conta 340102			31.12.2023	31.12.2022
			0	148.372
Recuperação de Despesas		_	0	148.372 148.372
		=		148.372 148.372
		=		

CNPJ: 04.567.012/0001-53 NIRE: 15300000351

18. Resultado Financeiro	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Financeiras - Conta 330301		
Juros ativos - Oper. De Mútuo - Partes não relacionadas	0	549.198
Juros ativos - Oper. De Mútuo - Partes relacionadas	18.533	326.454
	18.533	875.652
Despesas Financeiras - Contas 430302 e		
Juros Passivos	(30.691)	(5.672)
Despesas Bancárias	(3.479)	(14.560)
IQF		(848)
Juros Passivos - Oper. De Mútuo - Partes não relacionadas	(15.747)	(22.320)
Juros Passivos - Oper. De Mútuo - Partes relacionadas	(7.807)	(80.607)
Saras rassivas Open De Matao Fartes relacionadas	(57.724)	(124.007)
	(37.724)	(124.007)
Resultado Financeiro Líquido	(39.191)	751.645
Resultado i manceno Equido	(33.131)	731.043
19. Outras Receitas	31.12.2023	31.12.2022
Ganho e Perdas na Alienação de Ativos - Conta 320101	31.12.2023	31.12.2022
Receita de Alienação de Imobilizado	500.000	4.500.000
(-) Custo na Alienação de Imobilizado	(889.334)	(99.230)
	(389.334)	4.400.770
20 Outro- Province	24 42 2022	24 42 2022
20. Outras Despesas	31.12.2022	31.12.2022
Perda na Alienação de Ativos - Conta 450501		(4 002 250)
Perdas de Ativos Biológicos		(1.883.258)
	-	(1.883.258)
	24.42.222	24 42 2222
21. Tributos sobre o Lucro	31.12.2023	31.12.2022
CSLL e IRPJ - Conta 4801		(400(=)
CSLL	- 1	(16.345)
IRPJ		(27.241)
	-	(43.586)

JARBAS GUIMARÃES JUNIOR DIRETOR CPF: 304.780.494-04 FRANCISCO FERREIRA PAZ CONTADOR - CRC 76.905 - SP - T/PE - "S" PA CPF: 267.746.748-87





RELATÓRIO DE AUDITORIA COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM CNPJ: 04.567.012/0001-53

Exercício 2023

Responsável Técnico:
Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador – CRC/PA 002671/O-3
Auditor Independente



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores das Companhia Agro Pastoril Rio do Tiraximim

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis das Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das **Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação às Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros Assuntos

Ponto de controle:

- Após análise detida dos procedimentos de Auditoria, foi constatado que a entidade não efetuou o teste de recuperabilidade dos ativos (impairment), conforme determinado pela NBC'S TG 01 a 27. Com isso, recomendamos que a entidade consiga no ano de 2024 executar tal procedimento, para evitar qualquer eventual problema havendo distorção no



devido teste.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das Companhia Agro Pastoril do Rio Tiraximim.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 22 de março de 2024.

TADEU MANOEL ROPIGUES DE ARAUJOOSSIS 1628 AN AVOEL ROPIGUES DE ARAUJOOSSIS 1628 AN AVOEL ROPIGUES DE ARAUJOOSSIS 1628 AN AVOEL ROPIGUES DE ROPIGUES DE

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo Auditor Independente CNAI N° 171 Contador CRC/PA 002671/O-3 IBRACON N° 3715 CVM 4677